



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 10 – Nº 11
Novembro de 2009

(Disponível em: <http://www.assessoriaopt.org/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

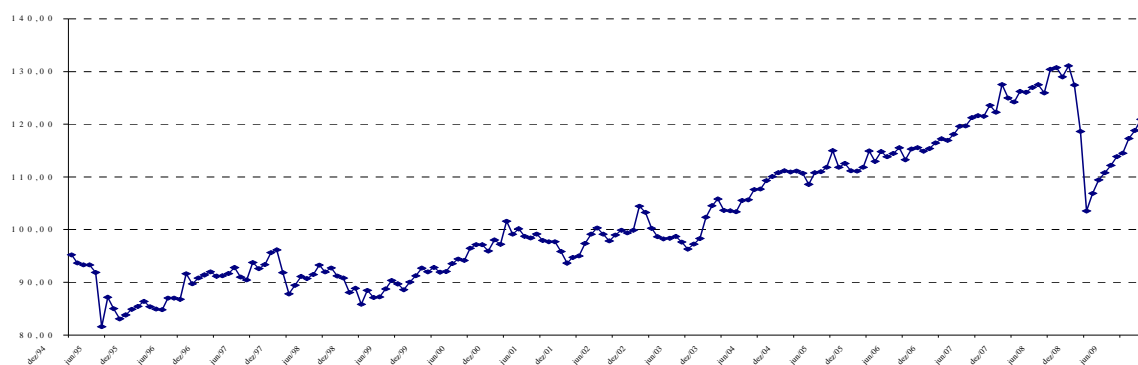
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Dez	114,9	-	-	3,1
2006	Dez	117,3	-	-	2,8
2007	Dez	124,2	-	-	6,0
2008					
	Nov	118,6	-5,1	-6,9	4,8
	Dez	103,5	-16,7	-12,7	3,1
2009					
	Jan	106,9	-15,3	3,2	1,0
	Fev	109,4	-13,2	2,4	-1,0
	Mar	110,8	-12,7	1,3	-1,9
	Abr	112,2	-12,0	1,3	-3,9
	Mai	113,9	-9,6	1,5	-5,1
	Jun	114,5	-12,2	0,6	-6,5
	Jul	117,3	-10,3	2,4	-8,1
	Ago	118,8	-7,9	1,3	-8,8
	Set	121,0	-7,7	1,8	-10,2
	Out	123,7	-3,0	2,2	-10,6

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
 (Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2008 Média	nd	nd	7,9	8,6	13,5
2008					
Jan	nd	nd	8,0	9,3	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,1	13,6
Mar	nd	nd	8,6	9,6	14,3
Abr	nd	nd	8,5	9,8	14,2
Mai	nd	nd	7,9	9,8	14,1
Jun	nd	nd	7,8	8,2	13,9
Jul	nd	nd	8,1	8,3	14,1
Ago	nd	nd	7,6	8,0	14,0
Set	nd	nd	7,6	8,0	13,5
Out	nd	nd	7,5	7,7	12,5
Nov	nd	nd	7,6	8,2	12,3
Dez	nd	nd	6,8	7,1	11,8
2007					
Jan	nd	nd	8,2	9,4	12,5
Fev	nd	nd	8,5	10,0	13,5
Mar	nd	nd	9,0	10,5	14,9
Abr	nd	nd	8,9	10,2	15,0
Mai	nd	nd	8,8	10,2	14,8
Jun	nd	nd	8,1	9,0	14,2
Jul	nd	nd	8,0	8,9	14,8
Ago	nd	nd	8,1	9,1	14,2
Set	nd	nd	7,7	8,7	14,1
Out	nd	nd	7,5	8,6	13,2

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em outubro de 2009, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 7,5%, verificando-se uma queda de 0,2 pontos percentuais (p.p.) em relação a setembro de 2009. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, ele se manteve estável. Em São Paulo, sofreu queda de 0,1p.p. entre os meses de setembro (8,7%) e outubro de 2009 (8,6%). Quando comparado com outubro de 2008, verificou-se alta de 0,9p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego Total em São Paulo sofreu queda de 0,9p.p. entre os meses de setembro (14,1%) e outubro de 2009 (13,2%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu alta de 0,7 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

	Ocupados ²			Assalariados ³		
	Rendimento (em R\$)	Número	Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número	Índice ⁴
1999	Set	1.682	70,1	1.722		68,6
2000	Set	1.610	67,1	1.626		64,8
2001	Set	1.406	58,6	1.453		57,9
2002	Set	1.335	55,6	1.387		55,3
2003	Set	1.220	50,9	1.307		52,1
2004	Set	1.237	51,6	1.323		52,7
2005	Set	1.270	53,0	1.362		54,3
2006	Set	1.325	55,2	1.397		55,7
2007	Set	1.265	52,7	1.339		53,4
2008						
	Set	1.252	52,2	1.273		50,7
	Out	1.258	52,4	1.289		51,4
	Nov	1.227	51,1	1.284		51,2
	Dez	1.245	51,9	1.292		51,5
2009						
	Jan	1.255	52,3	1.297		51,7
	Fev	1.267	52,8	1.310		52,2
	Mar	1.259	52,5	1.308		52,1
	Abr	1.270	52,9	1.329		53,0
	Mai	1.243	51,8	1.303		52,0
	Jun	1.239	51,7	1.312		52,3
	Jul	1.254	52,3	1.324		52,8
	Ago	1.284	53,5	1.348		53,7
	Set	1.288	53,7	1.341		53,4

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região Metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	68,9	11.443,6	4,2	83,4
1995	705,6	4,2	71,8	11.743,5	2,6	85,6
1996	844,0	2,2	73,4	11.814,0	0,6	86,1
1997	939,1	3,4	75,8	12.029,6	1,8	87,7
1998	979,3	0,0	75,9	11.854,9	-1,5	86,4
1999	1.065,0	0,3	76,1	11.708,8	-1,2	85,3
2000	1.179,5	4,3	79,3	12.032,9	2,8	87,7
2001	1.302,1	1,3	80,4	12.012,6	-0,2	87,5
2002	1.477,8	2,7	82,5	12.152,3	1,2	88,6
2003	1.699,9	1,1	83,5	12.113,5	-0,3	88,3
2004	1.941,5	5,7	88,2	12.622,0	4,2	92,0
2005	2.147,2	3,2	91,0	12.837,2	1,7	93,6
2006	2.369,8	4,0	94,6	13.162,1	2,5	95,9
2007	2.661,0	5,7	100,0	13.722,2	4,3	100,0
2008*	2.889,7	6,1	-	-	-	-

Fonte: IBGE.

* - Dado preliminar.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008		2009										12 meses
														Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
IGP-DI	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	-0,4	0,0	-0,1	-0,8	0,0	0,2	-0,3	-0,6	0,1	0,3	0,0	0,1	-1,8
IGP-M	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	9,8	-0,1	-0,4	0,3	-0,7	-0,2	-0,1	-0,1	-0,4	-0,4	0,4	0,1	0,1	-1,6
IPC-DI	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	6,1	0,5	0,8	0,2	0,6	0,5	0,4	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	4,2
IPA-DI	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	9,8	-0,9	-0,3	-0,3	-1,5	-0,1	-0,1	-0,6	-1,2	0,1	0,3	-0,1	0,0	-4,7
IPA-OG-ag	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	1,7	-1,3	2,1	-0,4	-2,4	1,4	0,6	0,3	-2,6	0,0	-0,8	-0,3	0,1	-3,2
IPA-OG-in	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	13,0	-0,7	-1,2	-0,3	-1,2	-0,6	-0,3	-1,0	-0,7	0,1	0,6	0,0	-0,1	-5,2
INPC	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	6,5	0,3	0,6	0,3	0,2	0,6	0,6	0,4	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	4,2
IPCA	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	0,3	0,5	0,6	0,2	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	4,2
IPC-Fipe	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	6,2	0,2	0,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,5	0,2	0,3	0,3	3,6
ICV	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	6,1	0,1	0,7	0,0	0,4	0,3	0,2	0,1	0,5	0,3	0,3	0,5	0,6	4,1

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) em novembro de 2009, registrou taxa de 0,0%. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) apresentou inflação de 0,1%, em novembro, um aumento de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou taxa de 0,3%, em novembro, alta de 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou alta, observando taxa de 0,4% no mês de novembro. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrou alta entre os meses de outubro e novembro, taxa de 0,4%.

Em novembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, taxa de 0,6%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	680,1	49,8	896,1	51,3	933,6	53,5	982,0	48,2	1.035,3	48,0	1.112,7	45,9	1.200,8	43,9	1.153,6	38,8	1.330,9	44,8
1.1 Governo federal e Bacen	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,4	816,7	29,8	728,3	24,5	921,4	31,0
1.2 Governos estaduais ²	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,1	324,1	11,8	359,6	12,1	346,1	11,6
1.3 Governos municipais	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	1,9	49,2	1,8	55,4	1,9	56,5	1,9
1.4 Empresas Estatais	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	38,7	2,8	42,3	2,4	38,2	2,2	29,4	1,5	21,0	1,0	13,0	0,5	10,8	0,4	10,4	0,4	6,9	0,2
2 Dívida interna líquida	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	551,3	40,4	658,6	37,7	739,0	42,4	825,0	40,5	964,7	44,7	1.138,2	47,0	1.397,4	51,1	1.482,2	49,9	1.606,1	54,0
2.1 Governo federal e Bacen	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,3	1.031,5	37,7	1.085,0	36,5	1.221,0	41,1
2.2 Governos estaduais ²	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,6	313,5	11,5	343,5	11,6	332,7	11,2
2.3 Governos municipais	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,7	52,9	1,8	54,5	1,8
2.4 Empresas Estatais	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	26,3	1,9	23,6	1,4	22,9	1,3	16,2	0,8	12,3	0,6	6,0	0,3	4,9	0,2	0,8	0,0	-2,1	-0,1
3. Dívida externa líquida	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	128,7	9,4	237,5	13,6	194,6	11,2	157,0	7,7	70,6	3,3	-25,5	-1,1	-196,6	-7,2	-328,6	-11,1	-275,3	-9,3
3.1 Governo federal e Bacen ³	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-1,9	-214,8	-7,9	-356,7	-12,0	-299,6	-10,1
3.2 Governos estaduais ²	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	16,1	0,5	13,4	0,5
3.3 Governos municipais			0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	2,5	0,1	2,0	0,1
3.4 Empresas Estatais	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	12,4	0,9	18,6	1,1	15,3	0,9	13,2	0,7	8,7	0,4	7,0	0,3	5,9	0,2	9,5	0,3	9,0	0,3

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou outubro de 2009 em R\$ 1.330,9 bilhões, o que representou 44,8% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	51,6	5,5	68,2	7,0	56,3	5,3	39,8	3,4	53,2	3,3	65,3	4,4	87,2	5,1	54,1	2,8	72,6	3,4	83,9	3,5	71,5	2,8	57,2	2,0	137,9	4,6
1.1 Governo federal e Bacen ³	21,3	2,3	45,1	4,6	26,3	2,5	25,0	2,1	25,3	1,9	10,0	0,7	62,2	3,7	27,0	1,4	73,3	3,4	74,5	3,1	59,6	2,3	24,9	0,9	138,4	4,6
1.2 Governos estaduais ⁵	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	29,7	1,0	-0,9	0,0
1.3 Governos municipais			2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2	0,9	0,0
1.4 Empresa/s Estatais	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,7	-0,5	3,8	0,3	-1,9	-0,1	-6,9	-0,4	-6,1	-0,3	-7,2	-0,3	-0,8	0,0	-2,9	-0,1	-0,4	0,0
2 Juros nominais ²	43,3	4,6	68,3	7,0	87,4	8,2	78,0	6,6	86,8	6,7	112,8	7,6	144,1	8,5	128,0	6,6	157,0	7,3	160,7	6,8	161,2	6,2	163,7	5,7	167,7	5,6
2.1 Governo federal e Bacen ³	18,9	2,0	50,1	5,1	49,0	4,6	45,4	3,9	47,3	3,6	41,9	2,8	100,9	5,9	79,4	4,1	129,0	6,0	125,8	5,3	119,0	4,6	96,2	3,3	144,2	4,8
2.2 Governos estaduais ⁵	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	55,6	1,9	17,7	0,6
2.3 Governos municipais			4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,2	10,1	0,4	4,9	0,2
2.4 Empresas Estatais	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,8	0,4	8,7	0,6	2,3	0,1	-2,9	-0,2	1,3	0,1	-1,4	-0,1	-0,5	0,0	1,7	0,1	0,9	0,0
3. Primário ⁴	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-47,4	-3,2	-56,8	-3,3	-73,8	-3,8	-84,4	-3,9	-76,8	-3,2	-89,7	-3,5	-106,4	-3,7	-29,7	-1,0
3.1 Governo federal e Bacen ³	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-71,3	-2,5	-5,9	-0,2
3.2 Governos estaduais ⁵	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,9	-0,9	-18,6	-0,6
3.3 Governos municipais			-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-4,6	-0,2	-4,0	-0,1
3.4 Empresas Estatais	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,2	-0,9	-4,9	-0,3	-4,3	-0,3	-4,0	-0,2	-7,4	-0,3	-5,8	-0,2	-0,4	0,0	-4,5	-0,2	-1,3	0,0

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em outubro de 2009, foi de R\$ 137,9 bilhões, o que representou 4,6% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação* – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2009 até novembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	1.110.033	0	210.862	976	214	1.615	5.628	1.329.329
Alagoas	1.349.854	0	216.029	9.011	4.433	10.977	10.205	1.600.510
Amazonas	905.418	30	187.869	10.810	18.045	19.227	11.945	1.153.344
Amapá	1.107.113	184	224.185	4.359	1.406	0	4.418	1.341.665
Bahia	3.048.843	0	891.626	39.861	100.607	60.024	46.867	4.187.828
Ceará	2.380.650	25	445.832	17.469	13.293	7.015	25.259	2.889.543
Distrito Federal	223.953	0	73.343	11.579	1.487	0	13.692	324.055
Espírito Santo	486.714	0	117.323	45.724	61.468	103.477	15.384	830.091
Goiás	922.518	1	285.539	14.315	23.747	83.544	35.718	1.365.382
Maranhão	2.342.134	5	547.235	18.005	15.479	30.119	21.970	2.974.946
Minas Gerais	1.445.379	0	908.948	138.397	180.205	248.192	80.095	3.001.216
Mato Grosso do Sul	432.202	0	121.146	13.242	10.054	27.361	17.636	621.641
Mato Grosso	748.859	204	200.726	20.816	17.663	199.121	21.350	1.208.738
Pará	1.983.199	772	592.776	46.801	69.584	107.811	21.905	2.822.847
Paraíba	1.553.884	1	336.066	3.083	3.157	4.498	13.137	1.913.826
Pernambuco	2.238.951	0	593.214	15.934	9.206	7.739	24.988	2.890.031
Piauí	1.402.192	1	291.371	3.235	434	2.260	14.895	1.714.387
Paraná	935.530	0	514.161	108.135	143.732	102.665	48.439	1.852.663
Rio de Janeiro	495.702	54	193.416	62.902	237.054	58.088	36.831	1.084.048
Rio Grande do Norte	1.355.629	0	241.212	3.884	2.509	12.033	13.994	1.629.262
Rondônia	913.595	123	176.090	2.675	4.686	16.148	9.625	1.122.943
Roraima	804.928	17	173.449	410	72	708	4.888	984.471
Rio Grande do Sul	764.077	2	485.909	107.727	176.095	133.818	41.447	1.709.073
Santa Catarina	415.265	1	248.868	38.517	102.424	59.220	26.479	890.774
Sergipe	1.348.296	0	202.373	2.687	1.308	4.833	8.550	1.568.047
São Paulo	324.476	15	797.666	333.996	299.713	151.601	135.574	2.043.040
Tocantins	1.408.227	0	281.963	844	490	10.405	14.315	1.716.245
Total	32.447.622	1.434	9.559.198	1.075.395	1.498.563	1.462.500	725.233	46.769.945

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2009 até novembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	177.151	0	111.365	325	71	192	538	1.876	291.519
Alagoas	804.608	0	495.159	3.004	1.478	774	3.659	3.402	1.312.084
Amazonas	476.513	70	218.635	3.603	6.015	1.125	6.409	3.982	716.352
Amapá	118.604	428	84.254	1.453	469	385	0	1.473	207.066
Bahia	3.088.146	0	1.692.505	13.287	33.536	8.760	20.008	15.622	4.871.865
Ceará	1.765.852	59	1.187.563	5.823	4.431	874	2.338	8.420	2.975.360
Distrito Federal	55.537	0	6.001	0	496	339	0	0	62.373
Espírito Santo	584.080	0	226.187	15.241	20.489	1.957	34.492	5.128	887.575
Goiás	1.230.082	2	363.243	4.772	7.916	18.714	27.848	11.906	1.664.482
Maranhão	1.411.839	12	1.426.331	6.002	5.160	2.004	10.040	7.323	2.868.710
Minas Gerais	4.451.679	0	788.393	46.132	60.068	25.529	82.731	26.698	5.481.231
Mato Grosso do Sul	515.707	0	171.894	4.414	3.351	27.941	9.120	5.879	738.307
Mato Grosso	626.196	475	201.620	6.939	5.888	18.645	66.374	7.117	933.253
Pará	1.234.069	1.800	1.217.117	15.600	23.195	3.612	35.937	7.302	2.538.632
Paraíba	1.094.455	3	433.223	1.028	1.052	702	1.499	4.379	1.536.341
Pernambuco	1.701.972	0	778.951	5.311	3.069	1.337	2.580	8.329	2.501.549
Piauí	867.437	2	507.473	1.078	145	1.270	753	4.965	1.383.123
Paraná	2.321.342	0	592.163	36.045	47.911	24.004	34.222	16.146	3.071.832
Rio de Janeiro	998.717	126	345.658	20.967	79.018	3.424	19.363	12.277	1.479.550
Rio Grande do Norte	840.008	0	309.890	1.295	836	510	4.011	4.665	1.161.215
Rondônia	307.911	288	131.945	892	1.562	916	5.383	3.208	452.105
Roraima	212.991	39	81.227	137	24	211	236	1.629	296.495
Rio Grande do Sul	2.302.194	4	572.411	35.909	58.698	22.907	44.606	13.816	3.050.543
Santa Catarina	1.317.683	2	341.562	12.839	34.141	4.187	19.740	8.826	1.738.982
Sergipe	492.056	0	259.172	896	436	654	1.611	2.850	757.675
São Paulo	4.490.375	34	1.030.491	111.332	99.904	44.781	50.534	45.191	5.872.643
Tocantins	480.168	0	212.346	281	163	2.987	3.468	4.772	704.185
Total	33.967.372	3.346	13.786.780	354.605	499.521	218.740	487.500	237.180	49.555.044

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	229,7
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	351,4
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	522,0
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	704,3
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	877,6
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	937,0
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.061,6
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.145,8
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.035,8
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.092,0
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.061,7
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.226,2
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.359,9
2007 Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.489,8
2008				
Out	1.557,8	0,0	1.557,8	1.531,8
Nov	1.546,4	0,0	1.546,4	1.519,5
Dez	1.596,8	0,0	1.596,8	1.575,9
2009				
Jan	1.631,5	0,0	1.631,5	1.609,9
Fev	1.641,4	0,0	1.641,4	1.621,9
Mar	1.665,5	0,0	1.665,5	1.659,6
Abr	1.660,5	0,0	1.660,5	1.654,0
Mai	1.685,7	0,0	1.685,7	1.676,1
Jun	1.733,9	0,0	1.733,9	1.729,5
Jul	1.784,0	0,0	1.784,0	1.791,0
Ago	1.822,6	0,0	1.822,6	1.828,0
Set	1.840,4	0,0	1.840,4	1.841,4
Out	1.860,2	0,0	1.860,2	1.860,2

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ¹	2008 ¹	(US\$ bilhões)	
											2009 ¹	
											Mar	Jun
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	154,3	161,9	160,3	163,0
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	67,3	67,3	68,7
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	84,1	94,6	93,0	94,3
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	38,9	36,4	32,3	36,0
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	38,9	36,4	32,3	36,0
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	193,2	198,3	192,7	199,0
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	67,4	67,4	68,7
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	122,9	131,0	125,3	130,3

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

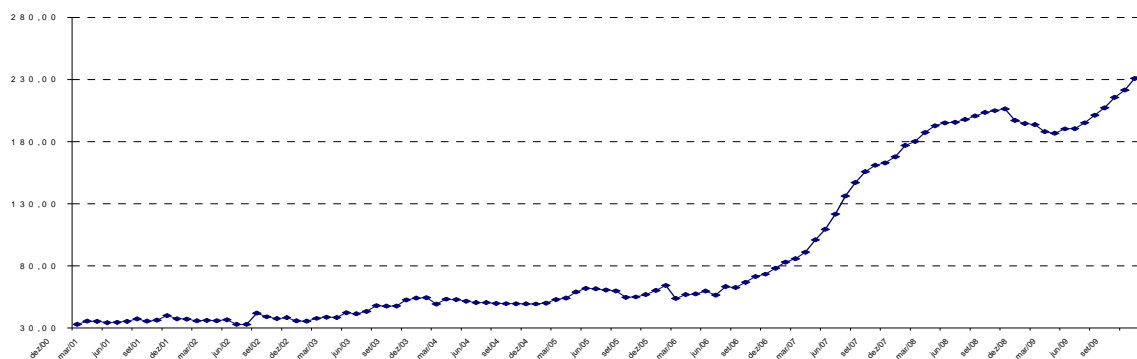
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007 Dez		180,3
2008		
	Out	197,2
	Nov	194,7
	Dez	193,8
2009		
	Jan	188,1
	Fev	186,9
	Mar	190,4
	Abr	190,5
	Mai	195,3
	Jun	201,5
	Jul	207,4
	Ago	215,7
	Set	221,6
	Out	231,1
	Nov	236,7

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	Nd
1996	1,04	Nd
1997	1,12	Nd
1998	1,21	Nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007	1,77	2,61
2008		
Nov	2,33	2,96
Dez	2,34	3,24
2009		
Jan	2,32	2,97
Fev	2,38	3,02
Mar	2,32	3,08
Abr	2,18	2,88
Mai	1,97	2,79
Jun	1,95	2,74
Jul	1,87	2,67
Ago	1,89	2,95
Set	1,78	2,60
Out	1,74	2,57
Nov	1,75	2,63

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em novembro de 2009 cotação de R\$ 1,75. Com isso, verificou-se alta de 0,4p.p. em relação ao mês anterior.

Comparando novembro de 2009 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 25,0%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,3	16.403,7	1,5	17.318,2	1,6
2007	1.550,7	0,1	17.135,5	1,3	23.599,7	1,8
2008						
Jan – Dez	-28.192,0	-1,7	17.471,7	1,1	35.416,1	2,2
Jan	-4.028,4	-3,1	2.241,9	1,7	3.049,8	2,3
Fev	-1.888,9	-1,5	1.443,2	1,1	1.307,1	1,0
Mar	-4.343,0	-3,2	1.114,5	0,8	4.435,9	3,3
Abr	-3.043,8	-2,2	1.285,6	0,9	3.752,7	2,7
Mai	-785,5	-0,6	987,3	0,7	3.266,4	2,3
Jun	-2.781,4	-2,0	1.543,3	1,1	3.763,7	2,7
Jul	-2.167,8	-1,5	2.018,6	1,4	3.241,7	2,3
Ago	-1.083,8	-0,8	1.098,4	0,8	1.961,7	1,4
Set	-2.761,2	-1,9	1.265,5	0,9	3.450,4	2,4
Out	-1.238,5	-0,9	1.206,2	0,8	2.273,4	1,6
Nov	-951,1	-0,7	1.146,9	0,8	1.563,1	1,1
Dez	-3.118,6	-2,5	2.120,3	1,7	3.350,2	2,7
2009						
Jan	-2.763,4	-3,0	1.962,8	2,2	722,2	0,8
Fev	-612,3	-0,7	1.341,6	1,5	1.166,9	1,3
Mar	-1.557,5	-1,6	1.144,5	1,1	2.028,2	2,0
Abr	89,3	0,1	1.246,2	1,3	1.835,6	1,9
Mai	-1.769,8	-1,5	1.040,7	0,9	2.597,3	2,2
Jun	-573,2	-0,5	1.138,3	0,9	3.063,8	2,5
Jul	-1.638,8	-1,2	2.102,1	1,6	1.752,4	1,3
Ago	-827,6	-0,6	981,7	0,7	2.183,6	1,5
Set	-2.449,3	-1,5	1.091,7	0,6	1.556,1	0,9
Out	-3.014,5	-1,8	1.129,5	0,7	1.991,2	1,2

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007 Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Nov	14,8	198,4	426,5	13,1	172,1	344,3	1,6	26,3
Dez	13,8	197,9	425,6	11,5	173,0	346,2	2,3	25,0
2009								
Jan	9,8	194,4	418,1	10,3	170,9	342,1	-0,5	23,5
Fev	9,6	191,2	411,2	7,8	166,8	333,8	1,8	24,4
Mar	11,8	190,4	409,5	10,1	165,2	330,7	1,8	25,2
Abr	12,3	188,7	405,7	8,6	161,5	323,3	3,7	27,2
Mai	12,0	181,4	390,0	9,3	155,7	311,5	2,6	25,7
Jun	14,5	177,2	381,1	9,9	149,7	299,5	4,6	27,6
Jul	14,1	170,9	367,6	11,2	143,8	287,7	2,9	27,2
Ago	13,8	165,0	354,9	10,8	137,1	274,3	3,1	27,9
Set	13,9	158,9	341,6	12,5	132,4	264,9	1,3	26,5
Out	14,1	154,4	332,1	12,8	127,9	256,0	1,3	26,5
Nov	12,7	152,3	327,6	12,0	126,9	253,9	0,6	25,5

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em novembro de 2009, totalizaram US\$ 12,7 bilhões, queda de 10,1% em relação ao mês anterior.

As importações somaram US\$ 12,0 bilhões, em novembro de 2009, alta de 5,6% em relação ao mês anterior.

O saldo de novembro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 0,6 bilhões.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
2008				
2009				
Dez	1,1	1,6	13,7	13,75
Jan	1,0	1,0	13,4	12,75
Fev	0,9	1,0	12,7	12,75
Mar	1,0	1,8	11,7	11,25
Abr	0,8	0,8	11,1	10,25
Mai	0,8	0,6	10,2	10,25
Jun	0,8	1,1	9,5	9,25
Jul	0,8	1,4	9,0	8,75
Ago	0,7	0,6	8,7	8,75
Set	0,7	0,4	8,7	8,75
Out	0,7	0,7	8,7	8,75
Nov	0,7	0,6	8,7	8,75

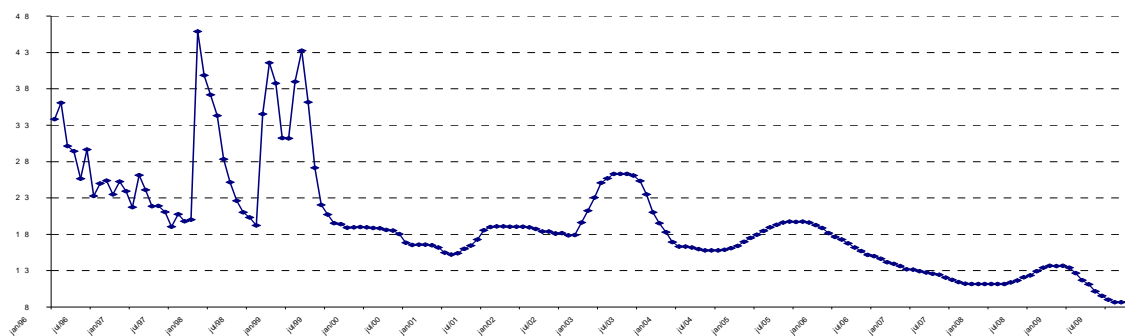
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005	43,2	13,8	28,4	
2006	41,3	13,9	28,5	
2007	36,3	12,8	25,3	
2008	37,7	15,3	26,6	
	Out	39,5	17,7	28,4
	Nov	43,0	18,4	30,2
	Dez	44,9	18,4	30,7
2009				
	Jan	43,4	18,8	30,5
	Fev	41,4	19,0	29,7
	Mar	39,9	17,9	28,5
	Abr	38,5	18,3	28,2
	Mai	37,4	18,7	28,1
	Jun	35,8	18,3	27,2
	Jul	35,2	17,9	26,8
	Ago	34,2	17,8	26,3
	Set	33,5	17,7	26,0
	Out	33,5	17,7	26,0

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	Nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	Nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	Nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	Nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	Nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	Nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007 Dez	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,2
Fev	279,4	661,3	940,7	18,8	959,5	34,5
Mar	287,6	686,0	973,7	19,4	993,1	35,5
Abr	292,9	705,8	998,6	19,5	1.018,1	35,8
Mai	298,8	726,5	1.025,3	19,6	1.044,9	36,1
Jun	303,9	744,4	1.048,4	19,3	1.067,7	36,3
Jul	307,5	758,9	1.066,4	19,5	1.085,9	36,7
Ago	311,9	777,9	1.089,8	20,4	1.110,3	37,6
Set	324,1	807,4	1.131,5	21,3	1.152,8	38,7
Out	336,8	826,7	1.163,5	21,6	1.185,1	39,5
Nov	345,8	838,2	1.183,9	24,4	1.208,3	40,4
Dez	356,1	844,0	1.200,1	27,2	1.227,3	41,3
2009						
Jan	357,9	843,8	1.201,7	27,7	1.229,4	40,0
Fev	362,3	838,9	1.201,3	27,8	1.229,1	40,3
Mar	366,7	848,1	1.214,8	28,1	1.242,9	41,0
Abr	370,1	850,4	1.220,5	28,3	1.248,8	41,2
Mai	371,4	861,4	1.232,8	28,4	1.261,3	41,6
Jun	378,0	870,3	1.248,3	28,5	1.276,8	42,2
Jul	407,1	845,8	1.252,9	54,0	1.306,8	43,2
Ago	417,4	854,2	1.271,6	55,6	1.327,3	43,7
Set	426,2	867,3	1.293,5	54,5	1.348,1	44,2
Out	435,2	876,9	1.312,1	55,5	1.367,6	44,8

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.